



ACBADA
AGBADA

Clima, Raça e Gênero

O Protagonismo das Mulheres Negras
na Luta por Justiça Climática

Uma cartilha para o reconhecimento,
ação e financiamento a favor da justiça
econômica como ferramenta para
efetivação da Justiça climática no Brasil



Clima, Raça e Gênero

O Protagonismo das Mulheres Negras
na Luta por Justiça Climática

Uma cartilha para o reconhecimento, ação e financiamento a favor da justiça econômica como ferramenta para efetivação da Justiça climática no Brasil

EXPEDIENTE DA EDIÇÃO

Realização

FUNDO AGBARA

Direção Executiva

ALINE ODARA

Supervisão Editorial

IRACEMA SOUZA

MAYARA KISE

Elaboração e Redação

MAÍRA SOUZA

Projeto Gráfico e Diagramação

HORRANA PORFIRIO

Entrevistadas

JOICE PAIXÃO

LÍDIA LINS

YANE MENDES

Revisão Institucional

EQUIPE DE CONHECIMENTO E ADVOCACY

EQUIPE DE COMUNICAÇÃO

CONHEÇA O NÚCLEO DE
PESQUISA E MEMÓRIA DA
MULHER NEGRA — AGBARA





Apresentação

A crise climática global não é um fenômeno neutro. Ela se articula e se aprofunda a partir das desigualdades históricas de raça, classe e gênero. No Brasil, essa interação perversa coloca as mulheres negras na base da pirâmide das vulnerabilidades, e ao mesmo tempo, as posiciona na vanguarda da construção de soluções reais e eficazes.

Esta cartilha visa desnaturalizar a vulnerabilidade e destacar o papel inegociável das mulheres negras – quilombolas, indígenas, periféricas e urbanas – como agentes de transformação, guardiãs de saberes ancestrais e líderes na busca por um futuro justo e sustentável. Reconhecer seu protagonismo não é apenas uma questão de equidade, mas um imperativo para a sobrevivência planetária.

Apresentação Institucional

O [FUNDO AGBARA](#), primeiro fundo para mulheres negras do Brasil, atua como um ator crucial no enfrentamento das históricas injustiças econômicas, ambientais e climáticas, por meio de sua missão institucional de fortalecer iniciativas e organizações lideradas por mulheres negras a partir de aportes financeiros estratégicos. Mesmo antes de formalizar uma estratégia climática, suas ações demonstravam conexões diretas e indiretas com a pauta, promovendo resiliência e proteção ambiental ao apoiar negócios sustentáveis, oferecer formação em cidadania e empoderamento, e realizar incidência em territórios historicamente marginalizados.

Fundado sob o princípio da interseccionalidade, o [AGBARA](#) reconhece que a crise ambiental é inseparável das crises de raça, classe e gênero. Sua atuação consiste em transferir recursos e poder de decisão diretamente às lideranças negras e suas iniciativas comunitárias. Ao financiar projetos de base, o [AGBARA](#) promove a [JUSTIÇA ECONÔMICA](#) – colocando as mulheres negras no centro do debate sobre justiça econômica a partir do fortalecimento financeiro para que essas mulheres alcancem autonomia financeira, renda e soberania alimentar.

Essa base de atuação, intrinsecamente ligada à justiça interseccional e à autonomia feminina, serviu de alicerce para que o [FUNDO AGBARA](#) desenvolvesse e formalizasse sua Teoria da Mudança, direcionando seu trabalho também para programas específicos que visam fortalecer a justiça climática de maneira explícita e sistêmica. Nesse sentido, o [NÚCLEO DE PESQUISA E MEMÓRIA DA MULHER NEGRA \(NUPEMN\)](#) tem por objetivo sistematizar, produzir e difundir dados e informações que contribuam para equidade racial e de gênero, produziu esse material como um instrumento para debatermos a importância do financiamento climático para mulheres negras no Brasil.

Sumário

8 O papel das mulheres negras
por Justiça Climática

11 Recife: O epicentro da crise climática no
Brasil e o desafio da adaptação e financiamento

16 Tecnologias sociais, planos comunitários
e o protagonismo negro feminino

17 Justiça Econômica como
alicerce da Justiça Climática

18 Financiamento climático com a
lente Interseccional: A estratégia do
Agbara para a transição justa

20 Conheça e apoie os programas do Agbara



O papel das mulheres negras por Justiça Climática

O debate sobre a emergência climática por muito tempo foi dominado por abordagens técnicas e vozes do Norte Global, distantes da complexa realidade social. O conceito de **JUSTIÇA CLIMÁTICA** emerge como contraponto, exigindo reparação de danos históricos e distribuição equitativa dos ônus e benefícios ambientais — incorporando a perspectiva de raça, classe, gênero e território.

Neste panorama, o protagonismo das mulheres negras emerge da necessidade de territorializar a questão climática, oferecendo práticas de resistência e de “**BEM-VIVER**” forjadas em suas comunidades, em contraposição às teorias abstratas. Embora drasticamente sub-representadas em espaços formais de poder, ocupando menos de 2% das cadeiras no Congresso Nacional, apesar de constituírem 28,5% da população (IBGE, 2022), são elas as principais guardiãs da biodiversidade em seus territórios, lideram redes de solidariedade, bancos comunitários e sistemas de alerta de enchentes em periferias, e têm articulado a pauta da justiça climática em fóruns internacionais, como as COPs, pressionando por um recorte antirracista e de gênero. A luta por justiça climática, neste contexto, é inseparável da luta por justiça racial e de gênero.

A crise climática expõe e intensifica as desigualdades estruturais, posicionando as mulheres negras na base da pirâmide das injustiças ambientais e climáticas em função do Racismo Ambiental. Este conceito descreve a política deliberada ou omissa de direcionar a maior parte dos riscos ambientais (poluição, falta de saneamento,



carência de infraestrutura básica) para as comunidades racializadas e de baixa renda. Assim, quando um evento extremo atinge uma área, ele encontra desigualdades preexistentes, multiplicando os impactos.

As mulheres negras são desproporcionalmente atingidas devido à exposição geográfica (residência em áreas de risco como encostas, leitos de rios e mangues), à vulnerabilidade infraestrutural (ausência de saneamento básico e drenagem) e à responsabilidade ampliada do cuidado. Sendo majoritariamente chefes de família, elas assumem o ônus da reconstrução da casa, da manutenção da saúde e alimentação familiar, confrontando barreiras estruturais para acesso a auxílios e programas de recuperação pós-desastre.

A lente interseccional é fundamental para quantificar essa vulnerabilidade, revelando dados alarmantes no Brasil. Cerca de 67% das pessoas que vivem em áreas de risco ambiental são negras de acordo com dados do IPEA em 2022. O déficit habitacional e as condições precárias de moradia são mais acentuados para mulheres negras, que representam 58,71% dos casos de déficit e habitam 76,07% das residências em estado sub-humano, de acordo com dados do Observatório Brasileiro das Desigualdades (2024). Essa vulnerabilidade é ainda mais agravada pela falta de acesso a serviços básicos como saúde, saneamento e educação. A análise da exposição a riscos climáticos é contundente: em movimentos de massa, as mulheres negras representam 33% da população exposta;

67% 58,7%

das pessoas que vivem
em áreas de risco
ambiental são negras

Fonte: IPEA, 2022

das pessoas afetadas
pelo déficit habitacional
são mulheres negras

Fonte: OBSERVATÓRIO BRASILEIRO
DAS DESIGUALDADES, 2024

e em inundações, 27%, sendo o maior grupo isolado (ALBERTI, 2024). A vulnerabilidade se estende à segurança alimentar, com 56% das famílias chefiadas por mulheres negras reduzindo a quantidade de refeições devido à crise (REDE PENSSAN, 2023).

Esses números mostram que a crise climática tem alvo social definido: as comunidades periféricas, residentes em áreas de risco, majoritariamente negras e chefiadas por mulheres, que carecem de planos de adaptação climática. Essa realidade é ainda mais grave nas regiões Norte e Nordeste e não se restringe ao urbano, abarcando as mulheres no campo, onde a intersecção com conflitos agrários em quilombos e outros segmentos dos Povos e Comunidades Tradicionais (PCTs) agrava o cenário de injustiça. As profundas desigualdades sociais e econômicas que estruturam o racismo ambiental posicionam a exposição e a vulnerabilidade da população em um ciclo vicioso, conforme destacado pelo IPCC, exigindo que a luta por reconhecimento e titulação de terras e a valorização das soluções locais das comunidades negras sejam reconhecidas como estratégias centrais para a justiça climática efetiva.

A crise climática tem alvo social definido: as comunidades periféricas, residentes em áreas de risco, majoritariamente negras e chefiadas por mulheres

Recife: O epicentro da crise climática no Brasil e o desafio da adaptação e financiamento

A capital pernambucana, emerge como um caso emblemático de extrema urgência na discussão sobre mudanças climáticas no Brasil. Com uma população de quase 1,6 milhão de habitantes em um território de apenas 218 km², a cidade enfrenta uma combinação perigosa de vulnerabilidades físicas e socioeconômicas que a colocam no epicentro dos desafios climáticos nacionais.

Ano após ano, tem se destacado como uma das capitais que mais sofre com a intensidade dos eventos extremos e seus desdobramentos em desastres. Aspectos climáticos como o aumento médio do nível do mar, a elevação da temperatura e o aumento das chuvas intensas (RECIFE, 2016) se somam às características geográficas da cidade. Seu assentamento em áreas costeiras de baixa altitude, a alta densidade populacional (7.300 hab./km²), a urbanização da orla, a ocupação irregular de encostas e áreas alagáveis, e a crescente impermeabilização do solo, amplificam os riscos. Contudo, Recife apresenta também uma subnotificação das ocorrências dos eventos climá-

Caso: Recife e atuação das mulheres negras na linha de frente da luta por Justiça Climática

Em 2025, a revista SUSTAINABLE CITIES AND SOCIETY divulgou um estudo da USP que classificou Recife com a pior pontuação (0,46) entre as capitais brasileiras no Índice de dificuldade de adaptação às mudanças climáticas. Este dado sublinha a urgência de políticas públicas robustas, apesar de iniciativas importantes do município, como a LEI N° 18.011 (2014) e o Projeto Recife 500 anos. O cenário de vulnerabilidade extrema e alta densidade populacional faz de Recife um laboratório de resistência, onde o protagonismo das mulheres negras – historicamente as mais afeitas por desastres e as que mais mobilizam a resposta comunitária – precisa ser o foco central das estratégias de resiliência climática.

ticos extremos no Sistema Integrado de Informações sobre Desastres, o que dificulta uma análise diagnóstica comparativa nacional da situação da capital pernambucana frente às outras cidades brasileiras.

Os eventos extremos de 2022, que causaram deslizamentos e inundações na Região Metropolitana, resultaram em mais de 128 mortes e milhares de desabrigados. Esta tragédia expôs a face crua do **racismo ambiental** na capital pernambucana. A desigualdade racial e de classe define onde o desastre irá golpear com mais força. A população total de Recife é aproximadamente 55% negra. Nas regiões com risco de inundação, essa taxa sobe para 59% de pessoas negras. Nas áreas de risco de deslizamento (morros), o percentual atinge 68% de pessoas negras. A raça é um fator determinante na exposição ao risco de morte ou perda material em eventos climáticos extremos. O adjetivo para isso não é “natural”, mas sim socioambiental e racial.

O Painel Intergovernamental das Mudanças Climáticas (IPCC), da Organização das Nações Unidas (ONU), classificou Recife como a capital brasileira mais ameaçada pelo avanço do nível do mar.

A gravidade da situação de Recife é ratificada por importantes órgãos de pesquisa internacionais e nacionais. O **Painel Intergovernamental das Mudanças Climáticas (IPCC)**, da **Organização das Nações Unidas (ONU)**, classificou Recife como a capital brasileira mais ameaçada pelo avanço do nível do mar. Dados do Painel Brasileiro de Mudanças Climáticas a colocam como a 16^a cidade do mundo mais vulnerável aos efeitos da crise climática.

A elevação do nível do mar não é uma ameaça futura, mas uma **realidade em curso**. Entre 1946 e 1988, o nível do mar aumentou em 5,6 mm/ano (HARARI ET AL., 2008). Projeções de estudos, como o de COSTA ET AL. (2010), indicam que, diante de um aumento de 0,5m (cenário otimista), pelo menos 39,32 km² da área dos municípios analisados constituem zonas potencialmente inundadas. Em um cenário crítico, esse valor subiria para 53,69 km². Além disso, 81,8% das construções urbanas a menos de 30m da linha de costa e em terrenos abaixo de 5 metros poderão ser atingidas.

"a luta pela justiça climática não é opcional, é coisa de vida" — Yane Mendes

Para compreender como essa ameaça se manifesta na vida cotidiana e nas formas de resistência locais, foram realizadas entrevistas com mulheres negras atuantes em coletivos e organizações de base em Recife, que vivenciam diretamente os impactos da crise climática.

A dimensão científica dessa ameaça é inseparável da realidade social e racial, uma vez que, como aponta **JOICE PAIXÃO**, mulher negra coordenadora do Gris Solidário, **Recife é a segunda cidade mais desigual socialmente do país**, o que intensifica as implicações da crise climática nas comunidades e áreas ribeirinhas. Para Joice, o enfrentamento à crise climática está intrinsecamente ligado ao **enfrentamento ao racismo ambiental estrutural**, que se manifesta na falta de investimento público e no direcionamento de políticas eficazes para esses territórios.

Nesse contexto de vulnerabilidade acentuada, as **mujeres negras** emergem como a força central na adaptação e resiliência. Elas são a maioria nos territórios mais atingidos, frequentemente chefes de família com dupla ou tripla jornada, e carregam o histórico dos impactos e o conhecimento das "**tecnologias ancestrais**" necessárias para a sobrevivência, conforme ressalta **YANE MENDES**, mulher negra cineasta periférica e ativista da da Rede Tumulto. Para Yane, a luta pela justiça climática "**não é opcional, é coisa de vida**", e o **racismo ambiental** se evidencia na falta de políticas públicas adequadas, como auxílio-moradia insuficiente ou obras inacabadas em bairros periféricos, que **invalidam vidas e histórias**.

Joice Paixão,
coordenadora da
Associação Gris
Espaço Solidário





Lídia Lins,
pesquisadora
e cria do Ibura
Mais Cultura

Diante da urgência das “tragédias anunciadas”, como mencionado por JOICE PAIXÃO com relação aos eventos climáticos, LÍDIA LINS, pesquisadora, cria do Ibura e membra do Ibura Mais Cultura e Observatório Popular de Injustiças Climáticas, enfatiza a necessidade de uma **mudança estrutural** nos mecanismos de participação social. Sem o olhar das mulheres negras apontando as reais necessidades e prioridades, as políticas públicas não terão efetividade e falharão em garantir adaptação, mitigação e resiliência. O desafio, portanto, é reconhecer e investir nas **tecnologias sociais** e nos **planos comunitários** desenvolvidos localmente, transformando as comunidades de meros objetos de debate em **planejadores e executores** das soluções.

O desafio da adaptação climática

Segundo JOICE PAIXÃO, a adaptação só será eficaz se os territórios tiverem a centralidade do debate, atuando como planejadores e executores das políticas públicas, e não apenas como objeto de discussão. As mulheres negras, sendo a maioria nesses locais, carregam a “**esperança e tecnologia ancestral**” para a adaptação.

A adaptação efetiva está ancorada nas **tecnologias sociais** e nos **planos comunitários** desenvolvidos localmente. O Gris Solidário tem dado visibilidade a estas soluções com a criação de **planos comunitários de contingência e redução de risco** (como o premiado plano da Vila Arrais), que provam a existência de tecnologias replicáveis, seguras e de baixo custo nas comunidades. Paralelamente, a Rede Tumulto usa a comunicação e o

audiovisual como ferramentas-chave para desculpar as pessoas, reforçando que a vulnerabilidade se deve à falta de políticas públicas, e para realizar o “Ocupaclima”, reforçando o “racismo ambiental” e a “injustiça climática” entre a juventude.

A adaptação (às mudanças climáticas) exige que o Estado reconheça e incorpore o conhecimento gerado nesses territórios

Contudo, o principal gargalo para a adaptação é a ineeficácia e a má alocação de recursos públicos. O racismo ambiental se manifesta na falta de investimento e na burocracia do auxílio-moradia insuficiente, que força famílias a retornar a áreas de risco, e nas obras inacabadas em bairros periféricos. YANE MENDES critica as construções que invalidam vidas e histórias, como os apartamentos de reassentamento sem ventilação que geram calor extremo. Essa inação ou resposta inadequada demonstra a falta de incisividade dos cargos públicos em compreender a complexidade da justiça climática local. O racismo ambiental se manifesta diretamente em políticas que invalidam vidas e histórias, como a ineeficácia do auxílio-moradia — cujo valor é insuficiente, forçando o retorno das famílias às áreas de risco, ou na presença de obras inacabadas e canais abertos em bairros periféricos, que agravam problemas de saúde como a Dengue, conforme pontua YANE MENDES.

Para superar este cenário de ineeficácia, é imperativa uma mudança estrutural na forma como as políticas públicas são desenhadas e implementadas. LÍDIA LINS destaca que é uma urgência trazer as pessoas diretamente atingidas para o centro do desenho, implementação e monitoramento das políticas climáticas. Isso implica em garantir que as vozes comunitárias não sejam apenas consultadas, mas que tenham poder e relevância para determinar e conduzir os processos. A adaptação exige que o Estado reconheça e incorpore o conhecimento gerado nesses territórios, mudando a rota para que as comunidades deixem de ser vistas como objeto de debate e passem a ser planejadoras e executoras das soluções, garantindo condições objetivas para uma participação social plena e eficaz no combate às desigualdades.

Tecnologias sociais, planos comunitários e o protagonismo negro feminino

Na capital Pernambucana, o protagonismo das mulheres negras é o alicerce para a construção de resiliência. Sendo a maioria nos territórios mais vulneráveis e carregando o **histórico dos impactos** (passados por avós e mães), elas detêm a “esperteza e tecnologia ancestral” necessárias para a adaptação, conforme destaca [YANE MENDES](#). Esse conhecimento não acadêmico, mas “estudioso da rua”, é fundamental para desenvolver tecnologias sociais que são seguras, replicáveis e de baixo custo, contrastando com as soluções de cima para baixo frequentemente inadequadas.

Esse protagonismo se materializa na construção de **Planos comunitários de contingência e redução de risco**, como o da Vila Arrais até a Beira Rio, que foi premiado por sua eficácia, conforme exemplifica [JOICE PAIXÃO](#). Além disso, a comunicação é usada como tecnologia essencial pela Rede Tumulto, que utiliza o **audiovisual** como “Cavalo de Troia” e realiza o “**OCUPACLIMA**” para capacitar a juventude e promover o letramento racial e climático. O desafio, portanto, é assegurar que a diversidade dessas soluções – que incluem também a ampliação de **hortas comunitárias** e sistemas de **resíduos sólidos** – receba o **financiamento desburocratizado** e o investimento necessário para ser ampliada e integrada ao ecossistema das políticas climáticas de forma perene.

Yane Mendes,
Fundadora e
Coordenadora da
Rede Tumulto



Justiça Econômica como alicerce da Justiça Climática

“Transformação exige continuidade, e continuidade exige recursos” — Yane Mendes

A realidade traz evidências de uma realidade muito presente nas grandes cidades Brasileiras, demonstrando que a desigualdade social está atrelada às desigualdades racial e de gênero, colocando em de fato que a Justiça Econômica em especial para as mulheres negras é um pilar de reparação e de enfrentamento ao racismo estrutural. JOICE PAIXÃO afirma que a saída mais segura para a JUSTIÇA CLIMÁTICA é um financiamento que protagonize as mulheres negras e suas ações econômicas. Isso não apenas combate o racismo ambiental, mas garante a sustentabilidade dessas mulheres, permitindo-lhes sair da lógica de sobrevivência para ocupar espaços de disputa política. Para Paixão, o processo de justiça climática deve necessariamente implicar em um enfrentamento assertivo ao racismo estrutural em diversas frentes, criando processos de adaptação e combate às injustiças que sustentam a desigualdade social.

A necessidade de recursos é encarada como uma questão de sobrevivência e continuidade. YANE MENDES reforça: a “transformação exige continuidade, e continuidade exige recursos”. Ela critica a burocracia excessiva e defende que o financiamento climático precisa chegar nos territórios e ser desburocratizado. Além disso, o termo “filantropia climática” precisa ser ampliado para abranger não apenas projetos ambientais, mas o tratamento psicológico para as famílias atingidas e a segurança das mulheres que “compram briga com cachorro grande” ao fazer a incidência política. O financiamento, nesse sentido, é visto como uma política de reparação ampla que deve impulsionar a saúde das mulheres e o fomento à agricultura local.

Financiamento climático com a lente Interseccional: A estratégia do Agbara para a transição justa

O FUNDO AGBARA, ao defender o investimento direto nas organizações de mulheres negras, assume essa mesma perspectiva de que uma transição justa exige financiamento climático direcionado. O AGBARA reconhece que, em períodos de crise, a solução não virá de estruturas tradicionais, mas sim da capacidade de adaptação e inovação das lideranças mais afetadas. Financiar o protagonismo negro feminino é, portanto, o caminho para garantir que os recursos cheguem às tecnologias sociais e aos planos comunitários que realmente mitigam a vulnerabilidade. Essa abordagem visa desmantelar o racismo ambiental ao injetar poder econômico e político nas mãos de quem está na linha de frente, garantindo a sustentabilidade e a continuidade das ações que, de fato, constroem resiliência e desconstroem as desigualdades históricas. A estrutura atual, como sugere YANE MENDES, precisa ser “explodida” para que uma nova possa ser formada, protagonizada e decidida por quem conhece a realidade do território.



Sobre as entrevistadas

JOICE PAIXÃO, Cientista Social, Pesquisadora do Clima, Presidente da Associação Gris Espaço Solidário, Coordenadora da Rede de Governança para Enfrentamento ao racismo ambiental.

LÍDIA LINS, Mulher negra, cria do Ibura, advogada, pesquisadora. Mestranda em desenvolvimento urbano pela UFPE. Cofundadora e coordenadora do Ibura Mais Cultura do observatório popular de injustiças Climáticas.

YANE MENDES é fundadora e coordenadora da Rede Tumulto, em Recife (PE). Cineasta periférica, educadora popular e articuladora social, atua fortalecendo a potencialidade das favelas e a valorização do Nordeste como território de produção de intelectualidade e soluções.

Conheça e apoie os programas do Agbara

Programa Socioambiental Atunlo Ife

O ATUNLO IFE (“Ocupar a Terra com Amor”) é dedicado ao apoio de mulheres negras que trabalham com reciclagem, coleta de resíduos e manejo de materiais. O programa visa fortalecer a economia circular e as cooperativas de catadoras, transformando o trabalho ambiental em fonte de renda digna.

Impactos: Mitigação, resíduos sólidos, economia circular

Programa Ajeum: a alimentação é ancestral

O AJEUM (“Comer Juntos”) financia e apoia iniciativas de mulheres negras focadas na agroecologia, produção orgânica e alimentação saudável. O programa resgata e valoriza saberes ancestrais sobre o plantio e o manejo da terra, garantindo a produção sustentável de alimentos.

Impactos: Soberania e segurança alimentar

AGBARA

fundoagbara.org.br
@fundoagbara

NUPEMN

fundoagbara.org.br/nupemn
@nupemn_agbara

Programa Asa Dudu

O **ASA DUDU** (“Asas Pretas”) é o programa de apoio e fomento a candidaturas de mulheres negras para ocuparem espaços de poder na política. Ele fornece formação, recursos e articulação para que essas líderes incidam diretamente na formulação de políticas públicas.

Impactos: Mitigação, incidência política e economia circular

Malunga: Fortalecendo Coletivas Negras

O **MALUNGA** é um programa de apoio financeiro e técnico a coletivas, grupos e organizações de mulheres negras que atuam em seus territórios. O foco é fortalecer a governança local e a capacidade de autogestão dessas redes de resistência.

Impacto: Fortalecimento territorial e resiliência climática



Faça parte da transformação da vida das mulheres negras que estão (re)construindo seus territórios

Agende uma conversa e saiba como



Clima, Raça e Gênero

O Protagonismo das Mulheres Negras
na Luta por Justiça Climática

Uma cartilha para o reconhecimento, ação e financiamento a favor da justiça
econômica como ferramenta para efetivação da Justiça climática no Brasil

ACBRADA

Transformar a vida de quem transforma tudo